

Título: “Ocaso do Estado Desenvolvimentista? Limites e perspectivas para a política industrial na periferia no Século XXI”

Autor: Rafael Shoenmann de Moura¹

Email: rafaelmoura5028@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP). Rio de Janeiro, Brasil

Área Temática – Economía y Política: abordajes teóricos y metodológicos / Grupo de Investigación em Estado, Instituciones y Desarrollo (GIEID)

Trabajo preparado para presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciência Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pólo Tecnológico de Monterrey, México, 31 de julio al 3 de agosto, 2019.

¹ Estudante de PhD em Estudos do Desenvolvimento no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa. Doutorando em Ciência Política pelo IESP-UERJ; pesquisador integrante do NEIC (Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo), do INCT-PPED e do LabChina-UFRJ. Secretário assistente na Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). E-mail: rafaelmoura5028@gmail.com Cel: +55 21 97282-0460.

RESUMO:

O *objetivo* deste artigo é fornecer uma análise ampla das possibilidades e limites encontrados pelos países periféricos e em desenvolvimento em relação à reprodução de vigorosas políticas industriais na atual conjuntura econômica internacional. Após reconstituir os principais elementos institucionais das experiências históricas bem-sucedidas de Estados Desenvolvimentistas do pós-guerra, em estreita interação com os distintos paradigmas globalizantes, tentarei determinar se, e em qual medida, o espaço político das autoridades governamentais nacionais para promover tais programas foi refreado. Ademais, com intuito de aprofundar analiticamente este ensaio e evitar anacronismos, também irei traçar particularidades geopolíticas e estratégicas que favoreceram e/ou possibilitaram esses modelos de Estados e economias políticas no século XX; bem como desvendar que desafios adicionais são impostos pelo atual estado da arte da indústria e entraves estruturais do capitalismo neoliberal em voga.

PALAVRAS-CHAVE:

Economia Política; Política Industrial; Estado Desenvolvimentista; Neoliberalismo.

1. Introdução: Breves considerações sobre o Desenvolvimentismo e o Estado como promotor de mudança estrutural no Pós-Guerra

O presente artigo tem por *objetivo* levar ao leitor uma discussão geral e conjuntural acerca das possibilidades e limites enfrentados por países periféricos no que tange à reedição de políticas industrialistas, nos marcos do capitalismo globalizado e financeirizado contemporâneo. Para conduzir tal mapeamento, farei uma breve reconstituição histórica de algumas experiências manufatureiras asiáticas desde o Pós-Guerra e largo uso do referencial teórico do Estado Desenvolvimentista (ED), paradigma pertinente à natureza de interlocução entre Estado (governo ou autoridade pública) e mercado (atores do empresariado) para promoção do desenvolvimento ao longo do Século XX.

Por países periféricos, faço referência à clássica *dicotomia centro-periferia* estabelecida pelo argentino Raul Prebisch em 1949 em seu famoso texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, mais conhecido como “Manifesto Latino-Americano” e precursor do pensamento estruturalista na região. Através desta dicotomia, o autor alude aos desequilíbrios gerados pela divisão internacional do trabalho (DIT) a partir da Revolução Industrial e sua difusão assimétrica dos ganhos do progresso técnico, conformando economias integradas e homogêneas nos países centrais industrializados enquanto os periféricos ficam circunscritos às exportações de bens primários, transferindo toda sua produtividade ao centro via termos de troca (PREBISCH, 2011).²

Dessa forma, tais países permaneceriam cada vez mais marginalizados na hierarquia econômica mundial e restritos à especialização em matérias primas. Através da deterioração dos termos comerciais mencionada, tal configuração ampliaria as disparidades entre o centro hegemônico e o restante das nações da economia capitalista global (PREBISCH, 2011; NERY, 2011). Em decorrência de tais reflexões, tanto Prebisch quanto a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) advogariam a *industrialização enquanto imperativa para tal conjunto de países*

² A especialização em matérias primas (*commodities*) limita as perspectivas de crescimento no longo prazo, em função da tendência consolidada de desvalorização de seus preços vis-à-vis bens manufaturados ao longo do tempo. Assim sendo, a periferia teria de exportar crescentes quantidades desses produtos para compensar a importação de bens industrializados, gerando crises cambiais e problemáticas estruturais e persistentes no balanço de pagamentos (NERY, 2011).

conseguir abocanhar os frutos do progresso técnico e elevarem o nível de vida de suas populações (2011: p.96).

Somente através da política industrial que os países poderiam, portanto, realizar o chamado processo de “*catching-up*”: isto é, a diminuição do hiato de renda e produtividade das nações pobres com relação às ricas industrializadas, galgando posições melhores com relação à fronteira tecnológica (ABRAMOVITZ, 1986).

Historicamente, *toda estratégia ou política industrializante sempre requereu a intervenção pública para estimular mudança nas estruturas econômicas dos países*; uma vez que o mecanismo de “preços de mercado” não seria por si só suficiente para fomentar a grande indústria e somente o Estado gozaria de posição privilegiada para a transferência de recursos necessária a tal empreitada para além do equacionamento de gargalos infraestruturais (SHAPIRO e TAYLOR, 1990). Assim, temos a primeira referência ao elo inexorável entre Estado e coordenação do processo de transformação estrutural, importante para compreendermos o fenômeno do desenvolvimentismo destrinchado nos parágrafos a seguir e na seção 2.

Cumpramos aqui denotar que o dito “*Desenvolvimentismo*” guarda possíveis e diversas semânticas, *encontrando uma dupla associação tanto a concepções de política econômica – operacionalização idealizada das variáveis produtivas do mundo material – quanto a interpretações de experiências concretas de desenvolvimento* (FONSECA, 2014).

No campo das ideias, por exemplo, o desenvolvimentismo pode remontar de forma mais fragmentada a pensadores do Século XVIII como Alexander Hamilton ou do Século XIX como Friedrich List e sua compreensão da economia política dentro do arcabouço normativo e analítico de sistemas nacionais, muito embora só tenha se consolidado enquanto disciplina através da Economia do Desenvolvimento na década de 1950 (SHAPIRO e TAYLOR, 1990; CYPHER e DIETZ, 2014; FONSECA, 2014). Apesar dos aportes e contribuições teóricas dos autores enquadrados em tal disciplina diferirem uns dos outros e também com relação às interpretações das experiências históricas manufatureiras através do tipo ideal do Estado Desenvolvimentista, que será o que iremos analisar neste artigo, Fonseca (2014) destaca que todos são amalgamados por um núcleo de atributos comuns:

- a) O entendimento da industrialização integral como única via para lograr mudanças estruturais e a superação da pobreza e do subdesenvolvimento;
- b) A consciência de que tal processo só poderia ser logrado de forma racional através do planejamento do Estado e não pela espontaneidade das forças de mercado; e, por fim,
- c) Uma estratégia deliberada alocando recursos conforme metas de promoção industrialista tendo a nação como epicentro de tal projeto.

Será ciente desses pilares que, na *próxima seção*, irei então conduzir a radiografia sintética da literatura institucionalista clássica debruçada sobre o tipo ideal do ED no que tange aos casos mais proeminentes do Leste Asiático (*Japão, Coreia do Sul e Taiwan*), tidos por mais exitosos exatamente em função de terem realizado o alcance de renda e tecnológico com relação aos países centrais industrializados.

A *terceira seção* do artigo, em seu turno, focará nas insuficiências de tal literatura. Não obstante seus inquestionáveis registros acerca do ativismo discricionário dos Estados no que tange à condução de transformações estruturais amplas nas sociedades de seus países, seus autores comumente esbarram em alguns vícios analíticos. São eles: em primeiro lugar, uma perspectiva de economia política sociologicamente fraca, ignorando ou jogando pouca luz sobre o papel de outros agentes sociais para além dos tecnocratas da burocracia ou atores do grande empresariado; em segundo lugar, uma lacuna no detalhamento ou “*process tracing*” concernindo a deliberação e implementação de políticas econômicas; e, finalmente, um extremo nacionalismo metodológico ignorando (ou pondo baixa ênfase) sobre fatores geopolíticos e exógenos condicionando tais trajetórias de desenvolvimento.

De forma concomitante, irei também me desvencilhar de perspectivas igualmente reducionistas as quais imputam o sucesso ou fracasso de tais países – em termos de inserção na DIT e lógica de acumulação de capital – como meros desdobramentos das ações das grandes potências, tal como implicado pela tese do “desenvolvimento a convite” que iremos ver.

Na *quarta seção*, finalmente comentarei as mudanças sistêmicas ocorridas ao longo do último quarto do Século XX (mais exatamente da virada da década de 1970 para a de 1980 em diante), quando o arcabouço institucional e regulatório Keynesiano começa a ser desmantelado e a economia mundial adentra numa trajetória de

globalização financeira e desregulamentação neoliberal. Nesta parte do *paper*, busco argumentar que tal câmbio de paradigma, assim como outras transformações demográficas e estruturais igualmente pertinentes que serão comentadas, reassignificaram profundamente as possibilidades e o *policy space* (ou margem de manobra) dos Estados nacionais – particularmente os periféricos – em termos de promoção de políticas fiscais ou industriais robustas em função de sua nova natureza com relação aos detentores de capitais em um mundo com crescente mobilidade de fluxos financeiros.

A quinta e última seção irá sumarizar tudo visto ao longo deste ensaio e quais conclusões gerais podem ser possivelmente extraídas acerca da possibilidade – ou não – de se reeditar políticas industrialistas vigorosas no Século XXI, ajustadas a um novo cenário global e um novo *modus operandi* capitalista muito distinto daquele experimentado na segunda metade do século anterior.

2. O Estado Desenvolvimentista no Leste Asiático: Trajetórias de modernização periféricas na segunda metade do Século XX e a literatura consagrada sobre Japão, Coreia do Sul e Taiwan

Nesta seção, passo para o mapeamento das experiências práticas e históricas de industrialização retardatária no Pós-Guerra, focando num recorte espacial circunscrevendo a região do *Leste Asiático* e tendo o eixo analítico centrado em Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Estes três casos se notabilizaram como de nações que alcançaram sucesso em seus processos de mudança estrutural e que ampliaram seus tecidos produtivos com segmentos manufatureiros importantes e competitivos.³

Como resumido na Introdução, o termo “desenvolvimentismo” é polissêmico e pode vir a se referir tanto a contribuições teóricas e analíticas da Economia do Desenvolvimento quanto a práticas históricas concretas de política econômica, como é o caso de fato da tipologia dos “Estados Desenvolvimentistas” nas ciências sociais; sistematizada por uma notável literatura institucionalista proeminente a partir dos anos 1980 e que examinaremos nos parágrafos a seguir (FONSECA, 2014).

³ Durante as décadas de 1960 e 1970, por exemplo, os produtos internos brutos (PIB) de Japão (que já acelerava desde a década anterior), Coreia e Taiwan cresceram, respectivamente, as cifras de 7%, 10,43% e 10%. Junto com essas elevadas taxas de crescimento econômico, se dava forte volume de investimentos e formação bruta de capital fixo. O êxito dessas trajetórias de *catching-up* se evidencia pelo fato de, já em fins da década de 1980, a participação de bens manufaturados em suas pautas exportadoras exceder 90% e também seus níveis de PIB per capita serem largamente superiores à média mundial para todos os três casos (REPUBLIC OF CHINA, 2016; WORLD BANK, 2019).

É necessário destacar aqui que a *alusão pioneira a tais ED não veio exatamente desta literatura*, mas sim de dois “dependentistas”: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, em seu livro “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (1970: p.108), apontam para os casos do México e Chile como ilustrativos acerca do Estado enquanto principal força motriz da industrialização, reunindo em seu projeto político setores médios e populares de modo a criar um mecanismo rápido de acumulação de capital. 3

Contudo, vamos nos desvencilhar de tal livro e focar mais na literatura do ED propriamente, tal como despontou na década subsequente e tratou de forma mais coesa dos pressupostos e elementos institucionais componentes de tais experiências históricas. A seção, portanto, trata da mesma no contexto histórico da Ásia.

Em 1982, diante do incontestado e estrondoso sucesso alcançado pelo Japão em sua reconstrução após a Segunda Guerra Mundial e sua ascensão nas cadeias produtivas globais, Chalmers Johnson publicou a obra clássica “*MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*”; tentando identificar os principais ingredientes políticos e desenhos institucionais responsáveis por tal trajetória virtuosa. Deu origem, portanto, ao primeiro relato analítico aplicando efetivamente a noção de Estado Desenvolvimentista ao contexto do Leste Asiático.

No trabalho, descreve o papel do Estado enquanto principal engrenagem política que possibilita o desenvolvimento para países retardatários, através de: uma intervenção pública discricionária consciente e consistente, priorizando a produtividade; listagem de setores prioritários e execução de estímulos e subsídios a eles vinculados; centralização do crédito em instituições financeiras públicas para fornecer incentivos fiscais; e, finalmente, a criação de uma agência burocrática de planejamento para estabelecer metas visando a aceleração industrial (JOHNSON, 1982). Tal agência, no caso, foi o MITI (“*Ministry of International Trade and Industry*”; ou Ministério do Comércio Internacional e Indústria); principal braço de planejamento do governo e responsável por reunir as elites empresariais em torno do projeto de desenvolvimento nacional estabelecido por Shigeru Yoshida e pelo Partido Democrático Liberal (LDP), fomentando uma estrutura de conglomerados industriais denominados *keiretsus* (JOHNSON, 1982; BAGCHI, 1987; WADE e WHITE, 1988; JOHNSON, 1999).

Esses conglomerados industriais representavam um novo – e altamente protegido – formato institucional para as empresas do país após a reconfiguração das *zaibatsus*; sendo guiados administrativamente com a ajuda do governo (via MITI) a partir da Lei de Controle de Indústrias Importantes (“*Important Industries Control Law*”) de 1931 (JOHNSON, 1982). Em associação íntima portanto com as *keiretsus*, o MITI traçou planos e desenhos industriais para vários setores da economia, identificando tecnologias estratégicas imprescindíveis e ajudando firmas nacionais a obterem-nas ao menor custo possível; principalmente através do arcabouço institucional e regulatório pertinente às *joint ventures* para aproveitar a expertise trazida pelo investimento externo direto (BAGCHI, 1987).⁴

Assim, o Japão se reindustrializou no Pós-Guerra a partir de uma agenda programática centrada na violação explícita das vantagens comparativas e deliberadamente privilegiando/focando em determinados segmentos manufatureiros de modo a antecipar mudanças nas oportunidades do mercado global e nos preços relativos (BAGCHI, 1987).

O MITI, assim como o Conselho de Planejamento Econômico da Coreia do Sul (“*Economic Planning Board*”; ou EPB) que será discutido abaixo, ilustra o caráter estratégico proativo que uma burocracia relativamente insulada e tecnocrática no sentido weberiano – conforme os autores de tal literatura – poderia adquirir. Nas próprias palavras de Johnson:

“[...] deve ser apontado que a operação efetiva do estado desenvolvimentista requer que a burocracia direcionando o desenvolvimento econômico seja protegida de todos exceto os mais poderosos grupos de interesse de modo que possa determinar e lograr prioridades industriais de longo alcance. Um sistema onde toda a gama de grupos de pressão existentes em uma sociedade aberta e moderna detém acesso efetivo ao governo certamente não logrará o desenvolvimento econômico, ao menos sob os auspícios oficiais, independentemente de quais outros valores possa compreender. O sucesso da burocracia econômica em preservar sua influência preexistente mais ou menos intacta foi, portanto, pré-requisito para o sucesso das políticas industriais dos anos 1950” (1982: p.44).⁵

⁴ Este teria sido o caso, por exemplo, de empresas como Sony e Matsuhita.

⁵ “[...] it must be pointed out that the effective operation of the developmental state requires that the bureaucracy directing economic development be protected from all but the most powerful interest groups so that it can set and achieve long-range industrial priorities. A system in which the full range of pressure and interest groups existing in a modern, open society has effective access to the government will surely not achieve economic development, at least under official auspices, whatever other values it may fulfill.

Alice Amsden, por sua vez, lançou em 1989 o também clássico livro “*Asia’s Next Giant: South Korea and Late Industrialization*”, a fim de mapear a trajetória de modernização e *catching-up* de outro país asiático sob o regime militar do General Park Chung-Hee (1963-1979).⁶ No livro, ela mostra como o Estado sul-coreano adquiriu um caráter eminentemente “empreendedor”, introduzindo novos produtos e processos em seu próprio contexto produtivo, aprendendo com práticas e *know-how* ocidentais. (AMSDEN, 1989: p.79).

Pondo sob escrutínio a lógica política e econômica da dinâmica de crescimento do país, ela mostra que embora pequenas empresas com menores exigências de capital tenham permanecido sob a esfera privada para realizar suas atividades, não é possível falar das grandes empresas – os conglomerados coreanos *Chaebols* – sem mencionar as capacidades de planejamento e coordenação nas mãos do Estado (AMSDEN, 1989). Todas as principais tarefas produtivas nas décadas de 1960 e 1970, como a percepção de novas oportunidades econômicas, avaliação e socialização de riscos, comando sobre recursos financeiros, recrutamento e treinamento de pessoal, e o próprio vínculo entre fornecedores e compradores, derivaram diretamente da intervenção governamental.

A política industrial foi materializada quase que inteiramente por iniciativa do Estado: se na década de 1950 a Coreia estava sob controle de potências estrangeiras devido à guerra, a promoção de novas atividades industriais nas décadas de 1960 e 1970 veio da orientação e diretrizes da esfera pública nacional (AMSDEN, 1989: p.80). O governo alavancou projetos de substituição de importações em setores tais como cimento, fertilizantes, refino de petróleo, fibras sintéticas e têxteis, passando depois para indústrias pesadas com ênfase nos setores petroquímico e naval.

Tudo isso só foi possível graças ao papel visionário desempenhado pelo já mencionado *Economic Planning Board*, órgão burocrático tomador de decisões (em certo sentido muito semelhante ao MITI japonês) e formulador unilateral dos planos quinquenais que estabeleciam as metas de alocação de recursos e prazos para a

The success of the economic bureaucracy in preserving more or less intact its preexisting influence was thus prerequisite to the success of the industrial policies of the 1950’s.” (JOHNSON, 1982: p.44, tradução própria).

⁶ Durante seu governo, para além da diversificação industrial que será discutida mais adiante, o PIB per capita da Coreia do Sul saltou de US\$ 146,23 para US\$ 1.773,52; tendo crescido a uma taxa de quase 10% ao ano (WORLD BANK, 2019).

materialização de projetos em consonância com a classe empresarial infante (AMSDEN, 1989: p.81).

Em 1990, finalmente, Robert Wade reexamina as experiências do Japão e da Coreia do Sul adicionando ainda uma análise sobre Taiwan/Formosa (ou República da China), onde o governo de Chiang Kai Chek – ou Jiang Jieshi – e do Guomindang (KMT) foi capaz de desenvolver as forças produtivas nacionais, canalizando investimentos públicos para setores-chave e fomentando a exportação de manufaturas. Isso, concomitantemente, enquanto operava um pesado protecionismo desses setores da concorrência externa e contribuía para os mesmos se apropriarem de novas tecnologias por meio de aprendizado e parcerias com firmas estrangeiras; promovendo a acumulação com fortes subsídios e forte corporativismo (WADE, 1990).

Com uma perspectiva de economia política radicalmente antípoda à visão neoclássica e suas teorias de “livre mercado” ou “mercado livre simulado”, segundo as quais o governo deveria se limitar apenas a funções como a manutenção da estabilidade monetária, contratos legais, provisão de bens públicos, eliminação de distorções de preços e de “falhas de mercado”, o autor estabelece a teoria do mercado governado (“*Governed Market Theory*” - GM) como explicação para o sucesso do Leste Asiático.⁷ Segundo a mesma, corroborada pela literatura citada (incluindo Johnson e o destaque para o Japão enquanto pioneiro), se vê como o paradigma relacional entre governo e empresas na região foi definido pelo papel de liderança do Estado; com isso criando deliberadamente vantagens competitivas internacionais para favorecer indústrias nascentes e orientar o desenvolvimento de certas áreas ligadas à fronteira tecnológica e de crescimento da economia global (WADE, 1990: p.25).

O principal obstáculo à interpretação neoclássica da compreensão das economias políticas da região é sua preocupação excessiva em antagonizar a ocorrência versus a não ocorrência do desenvolvimento de mercados privados e liberalização; sem um foco detalhado do caráter, grau e qualidade de tais rotas liberalizantes (WADE e WHITE,

⁷ De acordo com a teoria do “livre mercado” (“*Free Market Theory*” - FM), os países em questão do Leste Asiático foram mais bem-sucedidos do que outros novos países industrializantes (“*Newly Industrializing Countries*” ou NICs) devido a uma suposta falta de intervenção do Estado, especialmente em relação ao comércio exterior; com o governo se concentrando apenas em proporcionar um ambiente favorável para os empresários investirem seu capital. Já de acordo com a teoria do “livre mercado simulado” (“*Simulated Market Theory*” - SM), por outro lado, há de fato um reconhecimento da intervenção governamental; mas esta só visava corrigir distorções de preços ou outras causadas por políticas diversas (por ex.: controles de importações, retração financeira) ou viabilizar estratégias exportadoras (WADE, 1990: p.22-23).

1988). Japão, Coreia do Sul e Taiwan podem ser economias de mercado no sentido de que suas atividades produtivas são executadas por empresas privadas orientadas para a lucratividade, mas o Estado sempre racionalizou e interveio diretamente na determinação de quais setores e atividades seriam mais rentáveis a cada momento (WADE e WHITE, 1988: p.5-6).⁸

A perspectiva de Wade (1990: p.26-27) acerca do mercado governado (GM), reunindo contribuições analíticas tanto da perspectiva do Estado Desenvolvimentista (que para ele era mais uma interpretação histórica do que propriamente uma teoria comparativa) quanto da Economia do Desenvolvimento, detinha três níveis explicativos para o sucesso da região:

- 1) Investimentos produtivos em segmentos estratégicos capazes de agregarem tecnologia ao parque industrial e fomentar empresas internacionalmente competitivas;
- 2) Um conjunto robusto de políticas governamentais incorporando incentivos, controles e mecanismos de difusão do risco dentre os atores da sociedade; e finalmente,
- 3) A viabilidade de políticas governamentais devido a um arranjo institucional específico entre o Estado e o setor privado onde a primeiro era hegemônico, podendo compreender desde um corporativismo autoritário (como no caso da Coreia do Sul e de Taiwan) quanto autoritarismo “leve” (como no caso do Japão).

Assim, as evidências e os fatos mobilizados em seu livro mostram que a liberalização definitivamente não explica de forma fidedigna a história desses países; muito menos que tais Estados podem ser reduzidos analiticamente à mera manutenção de “fundamentos macroeconômicos”. Como Wade conclui:

“De fato, o mecanismo econômico central do estado desenvolvimentista capitalista é o uso do poder estatal para alavancar o excedente investível da economia; assegurando que uma alta porção seja investida na capacidade produtiva dentro do território nacional; guiando os investimentos para indústrias que sejam importantes para a capacidade da economia de sustentar maiores salários no futuro; e expondo

⁸ “Esta abordagem procedeu do reconhecimento de que algumas indústrias e alguns produtos, são mais importantes para o crescimento futuro da economia do que outras, e foi tentado, nas palavras japonesas, ‘concentrar...capital escasso em indústrias estratégicas’” (WADE e WHITE, 1988: p.6-7, tradução própria).

os projetos de investimento a pressões competitivas internacionais seja direta ou indiretamente. O ciclo intenso de investimentos resultante dentro do território nacional conduzirá a rápidos incrementos na demanda por trabalho, e portanto aumento das rendas laborais e ampla distribuição dos benefícios materiais do crescimento (mesmo na ausência de organização trabalhista coletiva)” (WADE, 1990: p.342).⁹

No bojo dessa literatura, embora os autores partam de distintos casos nacionais e experiências históricas, chegam a determinados denominadores comuns. Estes seriam: a existência de um projeto estratégico tendo a nação no seu epicentro (embora sem necessariamente negar o capital estrangeiro, desde que este não fosse o protagonista do processo de acumulação); execução conscienciosa pelo aparato estatal para torná-lo viável, politicamente apoiado por alguns segmentos da classe; e, finalmente, a industrialização, caminho inexorável para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico (FONSECA, 2014).

Uma vez que as transformações e modernizações testemunhadas pelo Leste Asiático encontram poucos precedentes na história da humanidade, destacando-se como a maior redução do hiato de produtividade frente aos países industriais avançados na segunda metade do século XX, qualquer análise deve necessariamente estar centrada nas políticas industriais dessas nações, já que o setor manufatureiro é a principal alavanca de produtividade e crescimento econômico (PERKINS, 2013). Partindo do contexto das relações entre atores políticos e sociais, tanto do setor público (corporificado no Estado) quanto do setor privado (presentes no mercado), a literatura pertinente ao Estado Desenvolvimentista parece cumprir bem essa missão; apesar de algumas incompletudes que serão vistas na Seção 3.

No que tange à política industrial, é possível destacar uma série de políticas comuns entre todos esses casos: *proteção tarifária e não tarifária pesada; restrições legais a novos entrantes em nichos de mercado onde empresas domésticas estavam se desenvolvendo obtendo economias de escala; crédito subsidiado; política de compras*

⁹ “Indeed, the central economic mechanism of the capitalist developmental state is the use of state power to raise the economy’s investible surplus; insure that a high portion is invested in productive capacity within the national territory; guide investment into industries that are important for the economy’s ability to sustain higher wages in the future; and expose the investment projects to international competitive pressure whether directly or indirectly. The resulting intense cycle of investment within the national territory leads to rapid rises in labor demand, and hence to increases in labor incomes and wide distribution of the material benefits of growth (even in the absence of collective labor organization)” (WADE, 1990: p.342, tradução própria).

governamentais; engenharia reversa, obtendo conhecimento em produtos estrangeiros por meio de cópia; entre outros (CHANG, 2006).

Quanto mais a indústria necessitasse de suporte para alcançar o upgrade tecnológico, maior a ênfase governamental no volume de investimentos para ela e na criação de um ambiente propício à pesquisa e desenvolvimento (P&D); além da própria interferência nas estruturas organizacionais dos mercados internos – várias vezes mediante fusões e aquisições, inclusive – para promover a competitividade externa. É também imperativo denotar a *feroz regulação das taxas de câmbio*, manipuladas – num cenário de contas de capitais ainda fechadas – para dar competitividade às exportações; sendo somente possível devido aos controles do governo sobre fluxos financeiros, implicando também em restrições nas importações principalmente ligadas ao consumo de luxo (CHANG, 2006: p.74-75).¹⁰

Em suma, a intervenção do Estado na indústria operou pró-ativamente através de *quatro grandes eixos*: planejamento e intervenção discricionária no setor privado, liderados por órgãos burocráticos determinando as diretrizes para o desenvolvimento; foco no investimento impulsionado pela poupança em vez do consumo; financiamento seletivo galvanizado pelo crédito público; e uma política de “campeões nacionais” determinando quais empresas seriam alçadas à condição de competidoras nos mercados estrangeiros (CHANG, 2006).

Tais países atraíram tanta atenção no debate público que até mesmo o Banco Mundial, instituição de orientação liberal e em meio à predominância das ideias ortodoxas ligadas ao Consenso de Washington nos anos 90, reconheceu que seu sucesso não pode ser atribuído exclusivamente a “bons fundamentos”. Num abrangente relatório cobrindo Japão, Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong, Malásia, Indonésia e Tailândia, com os primeiros cinco países categorizados no *cluster* “Nordeste Asiático” e

¹⁰ No Japão, esse importante controle cambial foi possível graças à Lei de Controle de Câmbio e Comércio Exterior (*Foreign Exchange and Foreign Trade Control Law*) de 1949 e também à Lei de Capital Estrangeiro (*Foreign Capital Law*) de 1950; dando ao Estado a capacidade de concentrar todas as divisas estrangeiras obtidas das exportações e direcioná-las para onde desejassem de acordo com as prioridades estabelecidas (JOHNSON, 1982: p.217). Na Coréia do Sul, o arcabouço financeiro legal estabelecido na década de 1960 estipulava restrições às saídas de capitais e remessas de lucros para fora, o que poderia levar até mesmo a uma eventual pena de morte (AMSDEN, 1989: p.17). Por último, mas não menos importante, Taiwan também não foi exceção à regra e promulgou controles cambiais desde o início da década de 1950, proibindo inclusive seus cidadãos de possuírem recursos estrangeiros sob sua posse. Juntamente com o fato de que praticamente todas as instituições de crédito no país eram compostas por bancos públicos, isso permitiu a canalização de recursos de acordo com os objetivos nacionais e não a especulação ou investimentos improdutivos (WADE, 1990: p.138).

os três últimos no *cluster* “Sudeste Asiático”, o estudo distingue o primeiro conjunto precisamente pelo grau de ativismo governamental em sua interação com o mercado e na determinação de políticas para a indústria (WORLD BANK, 1993). Em detalhes:

“[...] as políticas fundamentais não contam toda a história. Na maioria dessas economias, de uma forma ou de outra, o governo interveio – sistematicamente e através de múltiplos canais – para fomentar o desenvolvimento, e em alguns casos o desenvolvimento de indústrias específicas. As intervenções políticas tomaram muitas formas: alvos e crédito subsidiado para indústrias selecionadas, mantendo níveis de depósitos baixos e mantendo tetos sobre taxas de empréstimos para ampliar os lucros e reter rendimentos, protegendo substitutos de importações domésticas, subsídios a indústrias em declínio, estabelecimento de suporte financeiro via bancos governamentais, realizando investimentos públicos em pesquisa aplicada, estabelecendo metas de exportações específicas para indústrias e firmas, desenvolvendo instituições de mercado e exportações, e compartilhando amplamente informações entre os setores público e privado. Algumas indústrias foram promovidas, enquanto outras não.” (WORLD BANK, 1993: p.5-6)¹¹

Finalizando, nesta seção reexaminei sinteticamente a literatura canônica acerca do ED referente às transformações na Ásia desde o pós-guerra até aproximadamente a década de 1980. Tais Estados Desenvolvimentistas constituem raros exemplos de países periféricos que lograram ascender na DIT com relação às potências do Eixo Atlântico-Norte (EUA e Europa Ocidental). Isso não teria sido possível sem a coordenação indicativa pública de mudanças de larga escala, provisão de uma visão empreendedora dando um “menu de escolhas” para os atores corporativos, construção institucional e gestão de conflitos entre atores sociais, principalmente no que tange à alocação de recursos para segmentos de maior produtividade (CHANG, 1999).

Na próxima seção, por sua vez, irei salientar pontos onde a perspectiva dos teóricos dessa literatura deixa a desejar, mostrando incompletudes explicativas e insuficiências argumentativas. O ponto da terceira parte do presente artigo não será

¹¹ “[...] the fundamental policies do not tell the entire story. In most of these economies, in one form or another, the government intervened – systematically and through multiple channels – to foster development, and in some cases the development of specific industries. Policy interventions took many forms: targeting and subsidizing credit to selected industries, keeping deposit rates low and maintaining ceilings on borrowing rates to increase profits and retained earnings, protecting domestic import substitutes, subsidizing declining industries, establishing and financially supporting government banks, making public investments in applied research, establishing firm- and industry-specific export targets, developing export marketing institutions, and sharing information widely between public and private sectors. Some industries were promoted, while others were not” (WORLD BANK, 1993: p.5-6, tradução própria).

desconstruir a literatura do ED, mas sim trazer à tona elementos e prismas analíticos adicionais para se entender fidedignamente as razões do sucesso de tais trajetórias de economias políticas e saltos industrializantes. Somente assim poderemos ver como a dinâmica do desenvolvimento é demasiado complexa para ficar circunscrita apenas a políticas “acertadas” ou um mero padrão genérico de intervenção do Estado; jogando luz ainda as possibilidades ou não de réplica de tais políticas industrialistas.

3. Incompletudes da literatura: A busca por um meio-termo entre o nacionalismo metodológico e o “desenvolvimento a convite”

Até agora, tracei – dentro das limitações de escopo deste artigo – um ensaio analítico e descritivo sobre as experiências asiáticas concernentes ao paradigma industrializante do século XX e exemplos concretos de países que conseguiram alcançar tais programas, sofisticando suas capacidades tecnológicas e estruturas produtivas. Nesta terceira seção, por sua vez, irei destacar – com base em diversos autores selecionados – o que considero incompletudes e insuficiências da literatura canônica acerca do Estado Desenvolvimentista; sem desconsiderar, evidentemente, suas devidas contribuições teóricas a partir de uma perspectiva de economia política em seu contexto intelectual particular.

Em minha interpretação e também em linha com diferentes escritos mobilizados nesta parte do trabalho, a literatura sobre o Estado Desenvolvimentista (principalmente a debruçada sobre o Leste Asiático, embora não apenas esta) padece de três grandes problemáticas ou insuficiências teóricas: a “*desconsideração pela sociedade*”; a *ênfase excessiva nos resultados* das políticas econômicas e industriais e não em seus processos deliberativos e de implementação; e, finalmente, o *nacionalismo metodológico*. Destacar tais insuficiências é importante não por uma suposta tentativa de desmerecer tal literatura, cujas contribuições permanecem altamente válidas, mas sim por, dentre outras coisas, elucidar que o processo de desenvolvimento de forma geral é bem mais complexo do que se supõe; e que, não obstante enraizado em sociedades nacionais, guarda interlocução com a economia mundial constituindo assim um fenômeno global (GEREFFI, 1990: p.3).

A *primeira problemática* alude ao fato de tal literatura, pela própria instrumentalização excessiva feita do tipo ideal weberiano para explicar o ativismo do Estado em casos nacionais de economias políticas, acaba incorrendo em tremendo

reducionismo.¹² Dessa forma, o Estado Desenvolvimentista é recorrentemente retratado para o leitor de forma quase caricatural como um ator político unitário munido de vontade própria, com uma estrutura monolítica e autônoma dominada por burocratas visionários e inequivocamente coerentes (MOON e PRASAD, 1994; MAH, 2004; YEUNG, 2016; NOGUEIRA e HAO, 2018).

Todas as trajetórias de desenvolvimento dos países trabalhados neste *paper*, sem dúvida guardando suas próprias contradições, idiossincrasias e tensões internas, são então transmutadas em supostos processos racionalmente articulados por “entidades” epistemológicas altamente idealizadas, descoladas de outros atores sociais não incluídos no aparelho de Estado (NOGUEIRA e HAO, 2018: p.4-5).

As burocracias públicas dos países examinados por tal literatura, a despeito de alguns traços culturais comuns e congruência com objetivos domésticos, não podem ser tidas como “ilhas insuladas”, mas sim devem ser compreendidas enquanto complexidades organizacionais munidas de interesses e preferências por vezes conflituosas (MOON e PRASAD, 1994: p.366).¹³

Uma exceção honrosa a tal tratamento analítico foi o livro “*Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*”, lançado por Peter Evans em 1995. Nele, ao contrastar o Estado Desenvolvimentista com o “*Estado predatório*”, rompe com a ideia de insulamento da burocracia e denota o alto imbricamento desta através de um complexo arranjo de laços com setores da sociedade via canais institucionalizados para contínua negociação e renegociação de metas e medidas.¹⁴ Tem-se origem assim, destarte, a noção de “autonomia inserida”: uma conectividade corporativa imprimindo coerência e base estrutural para o envolvimento exitoso do Estado na transformação industrial, com uma densa rede amalgamando uma estrutura governamental interna robusta e as contrapartes do setor privado (EVANS, 1995: p.12).

¹² O *tipo ideal* pode ser compreendido como uma abstração estilizada da realidade para analisar enfaticamente uma dimensão particular de um determinado fenômeno social (WEBER, 1949).

¹³ Como Moon e Prasad (1994: p.365-6) destacam, em casos como os de Taiwan e Coreia do Sul, onde o nexos Executivo-burocratas detinha estrutura institucional mais vertical, a concentração em demasia de poder pessoal e administrativo nas mãos do presidente tornava o corpo burocrático muito dependente das ordens do mesmo e, portanto, questionável a tese do insulamento. Já no Japão, onde esse mesmo nexos era mais horizontal e o Poder Executivo mais difuso, o MITI de fato gozava de maior autonomia e poder na implementação e formulação de políticas e diretrizes.

¹⁴ Por *Estado predatório*, Evans alude a uma configuração particular onde os laços pessoais seriam a única forma de coesão e a maximização do interesse individual se sobrepõe à consecução de metas coletivas. Tal Estado seria demasiadamente extrativo às custas da sociedade, minando o próprio processo de acumulação de capital (1995: p.12). O caso exemplificado pelo autor como um destes seria o do Zaire.

A despeito de tudo isso, o próprio sucesso da literatura pertinente ao Estado Desenvolvimentista tornou-o uma característica quase “eterna” de tais economias políticas, assumindo uma perspectiva extremamente estática ignorando o caráter em constante mutação dos vínculos entre Estado, empresários e demais segmentos da sociedade. Estes devem estar situados em seu próprio contexto histórico e geopolítico (como será visto ainda nesta seção) para evitar cair em armadilhas tais como de “dependência de trajetória epistemológica” (YEUNG, 2016: p.25-26).

Tal paradigma (do ED) inegavelmente emergiu como poderosa narrativa de economia política, com estudos importantes acerca do ativismo estatal num contexto de viragem ideológica conservadora que começava a contestar fortemente as teorias pró-desenvolvimento emergentes no Pós-Guerra (EVANS, 1993). Ele guarda seus devidos méritos, tais como: trazer uma visão inovadora elucidando o nexos causal entre instituições políticas e desempenho econômico; uma contraposição à literatura neoclássica que defendia que às autoridades governamentais competia apenas a correção de “falhas de mercado”; evidências refutando o fatalismo da Teoria da Dependência mostrando que a integração na divisão internacional do trabalho não necessariamente estaria fadada a levar a uma estrutura reforçando o subdesenvolvimento; e enfim uma maior interdisciplinaridade (MOON e PRASAD, 1994).

Exames cuidadosos, contudo, revelam lacunas graves em termos de exploração da dinâmica interna do Estado, incapacidade de análise da interlocução entre governo e sociedade (com raras exceções tais como a de Evans), e uma construção pobre das relações causais envolvendo configuração institucional, implementação política e desempenho econômico (MOON e PRASAD, 1994).

Tais críticas são sem dúvida sólidas, já que não há como negar o vício dessa literatura institucionalista em negligenciar grosseiramente os meandros do conflito de interesses entre atores políticos e sociais na definição dos rumos da política econômica. No entanto, essa crítica deve ser mitigada por ao menos *duas ressalvas práticas*, pois o problema deriva ao menos em parte de algumas outras implicações: a primeira é que muitos dos países analisados por esses autores eram, na época de seus milagres industrializantes, regimes autoritários fortemente repressores de dissidentes; e a segunda se refere às dificuldades logísticas de pesquisa impostas a autores estrangeiros nesses períodos históricos/recortes temporais.

Com relação à *segunda problemática*, Luís Mah (2004: p.42) faz uma interessante analogia dos processos de tomada de decisão geralmente atribuídos aos Estados Desenvolvimentistas (em seu caso de estudo específico, o exemplo do Estado sul-coreano) como verdadeiras “caixas pretas”, onde as dinâmicas políticas pertinentes ao processo de *policymaking* decisório pelas autoridades governamentais permanecem um grande vazio analítico.

Detalhando um pouco melhor, tanto a formulação quanto a execução de políticas públicas de qualquer natureza operam através de múltiplos canais e diversos atores, que as formatam e/ou direcionam ao longo do processo. Além disso, variações relevantes são engendradas e mediadas por instituições governamentais (em vários níveis), pelo contexto e pela ideologia da coalizão inserida no bloco de poder. Assim, tais políticas não são determinadas apenas por uma dita racionalidade econômica supostamente “despolitizada” tal como a literatura tradicional do Estado de Desenvolvimento parece implicar (MAH, 2004).

É pouco provável que qualquer regime autoritário rígido ou corporativista sempre assegure políticas econômicas eficientes e livres de toda e qualquer pressão social para atingir objetivos nacionais. Mesmo que a medida seja produto de processos decisórios e analíticos de tecnocratas altamente racionais, a gama de alternativas para viabilizá-la estará circunscrita por considerações políticas (MOON e PRASAD, 1994). Qualquer racionalidade “técnica”, destarte, sempre se verá permeada pelas dinâmicas mais amplas de poder.

A *terceira e última problemática* aqui descrita refere-se ao chamado “nacionalismo metodológico”, definido em termos de um quadro normativo que busca explicar padrões e configurações observados a nível nacional com base apenas em fatores eminentemente domésticos (GORE, 1996: p.78).¹⁵ O autor ressalta que este constituiu o paradigma analítico dominante em grande parte das ciências sociais até meados da década de 1980, precedendo os programas de ajuste estrutural que posteriormente afetariam a periferia na mesma época (GORE, 1996: p. 80-81).

¹⁵ Evidentemente, o nacionalismo metodológico só faz sentido lógico se as economias e sociedades nacionais se encontram completamente isoladas de influências exógenas. Na prática, entretanto, tal configuração é impossível numa economia internacional capitalista cada vez mais integrada e globalizada (GORE, 1996).

O nacionalismo metodológico, por conseguinte, foi hegemônico nos estudos sobre o desenvolvimento desde os anos 1950 (GORE, 1996). Muitas das teorizações sobre estratégias de transformação econômica em tal década e na de 1960 se basearam, como dito na Introdução deste *paper*, em sequências abstraídas de mudanças econômicas que ocorreram no passado em países já industrializados e que se esperaria que ocorressem novamente em países menos desenvolvidos, caso as intervenções políticas “apropriadas” fossem feitas (SHAPIRO e TAYLOR, 1990).

Dentro de tal paradigma, a soberania e autonomia do Estado-nação tido como ator unitário em face das potências e forças estrangeiras são tidas como certas; e comumente o objeto focal analisado é o próprio desempenho (“*outcomes*”) do país.

Esta problemática (do nacionalismo metodológico) foi em particular saliente nas leituras anteriormente elucidadas sobre o Leste Asiático, especialmente quando comparadas com as trajetórias de industrialização menos sucedidas da América Latina. Em um ambiente de acirrada competição global pela expansão do poder, neste caso exemplificado pela Guerra Fria, é inconteste como diferentes regiões ganharam diferentes prioridades e abordagens (CUNHA e APPEL, 2014). Casos como o do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan são ilustrativos não apenas de como os países do Leste Asiático se acomodaram “estrategicamente” ao ciclo de expansão materialista capitalista dos EUA, mas também se tornaram seus protetorados militares eficazes.¹⁶

Medeiros e Serrano (2012: p.120) corroboram essa visão, argumentando que o conjunto de oportunidades de crescimento dos países é fortemente influenciado, entre outras coisas, pela orientação geopolítica das potências dominantes. Portanto, a nova ordem histórica bipolar de disputas do pós-guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética trouxe importantes avanços; sendo um dos mais significativos deles a incidência dos Estados Unidos – dentro de um novo sistema monetário e estrutura institucional (Bretton Woods) os quais regulavam – em déficits sistemáticos no balanço de pagamentos para financiar a reconstrução econômica e investimentos estratégicos geopoliticamente orientados na periferia global. A Alemanha Ocidental, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan foram os principais beneficiários dessa nova tendência sistêmica (MEDEIROS e SERRANO, 2012: p.133).

¹⁶ Para Cunha e Appel (2014: p.93), inclusive, nenhuma destas nações teve escolha exceto buscar o guarda-chuva militar estadunidense e apostar na industrialização acelerada com robusto financiamento externo; coordenando seus interesses nacionais com o projeto hegemônico dos EUA.

Os vetores pelos quais os EUA facultaram uma janela de oportunidades externa favorável ao desenvolvimento econômico desses países podem ser elencados em três (3) principais:

- a) Programas de auxílio, tais como o Plano Marshall e, no caso da Ásia, o Plano Colombo e outros muitos canais de doação favorecendo acesso ao capital estrangeiro e a reconstrução econômica (SUH e KIM, 2014)¹⁷;
- b) Leniência com políticas protecionistas e *joint ventures* apropriando tecnologias do estado da arte industrial das multinacionais americanas para firmas domésticas desses países, facilitando assim o *catching-up* (REISCHAUER, 2004; CUNHA e APPEL, 2014; BECKLEY *et al.*, 2018); e, por fim,
- c) Concessão de status de “aliado preferencial” para esses países, facilitando o acesso dos mesmos ao colossal mercado consumidor estadunidense e assim dando margem para o escoamento de suas exportações e inserção externa, principalmente bens manufaturados de baixo valor unitário tais como produtos têxteis (CUNHA e APPEL, 2014).

É imperativo frisar que tal nova postura guarda relação orgânica com o delineamento geopolítico da Guerra Fria na região. Após a revolução chinesa e a fundação da República Popular em 1949, seguida da Guerra da Coreia entre 1950 e 1953, o avanço da influência soviética e comunista fez com que os EUA atuassem para promover o desenvolvimento dos países aliados e assim gerar uma promessa crível em torno da prosperidade e modernização.

Por conseguinte, condições internas e sistêmicas favoráveis permitiram processos acelerados de industrialização liderados por Estados baseados em estruturas de conglomerados nacionais; contando também com a tolerância das grandes potências em relação a políticas protecionistas tarifárias e não-tarifárias (AMSDEN, 2009). Assim, o período entre o pós-guerra e meados da década de 1970 – quando a economia internacional, a partir do centro, adentra numa trajetória de fragmentação produtiva, financeirização e desregulamentação – correspondente à expansão do comércio multilateral, foi uma verdadeira era dos “milagres” nacionais de desenvolvimento econômico (MEDEIROS e SERRANO, 2012).

¹⁷ Suh e Kim (2014: p.53) estimam que, na década de 1950, a ajuda estrangeira tenha correspondido a aproximadamente 50% da renda total da Coreia do Sul, por exemplo.

O mapeamento da evolução geopolítica do sistema internacional é extremamente meritório e, sem dúvida, traz muitos enriquecimentos analíticos para a investigação de trajetórias de crescimento industrial e econômico nos países asiáticos e latino-americanos, *ampliando a interpretação original do Estado Desenvolvimentista*. No entanto, assim como certo distanciamento de um “excessivo” nacionalismo metodológico é necessário, também é o calibre apropriado do grau de determinismo abstraído a partir de fatores externos.

Por exemplo, em seu livro “*O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*”, publicado originalmente em 1994, Giovanni Arrighi desenvolve a ideia de “desenvolvimento a convite” primeiramente cunhada por Immanuel Wallerstein (WALLERSTEIN *apud* ARRIGHI, 1996: p.355). Na concepção original de Wallerstein, o desenvolvimento (ou “promoção”) a convite seria uma das três estratégias possíveis de inserção para países periféricos na economia-mundo, respondendo por uma alternativa somente viabilizada em consonância íntima com as grandes potências capitalistas e sendo possível apenas em ciclos de expansão da economia mundial como de fato foi o Pós-Guerra (WALLERSTEIN, 1979).¹⁸

Esse termo, apresentado como vetor explicativo para a modernização da Europa Ocidental e Leste da Ásia (principalmente Japão) – o “mundo livre” supostamente baseado na imagem norte-americana – aponta exatamente a promoção estadunidense das exportações dessas regiões para seu próprio mercado interno; para além dos generosos planos de ajuda e pesados investimentos dos EUA, tornando as corporações em busca desses mercados compelidas a fornecerem suas tecnologias para empresas locais (ARRIGHI, 1996: p.316-317).

Tal perspectiva, de forma similar à literatura institucionalista do Estado Desenvolvimentista, também se vê fadada a incorrer num elo demasiado determinista entre circunstâncias externas favoráveis e um “caminho livre” equivocadamente

¹⁸ As outras duas estratégias possíveis de inserção seriam: o “aproveitamento de chances”, onde, em função da contração na economia mundial, queda dos preços das commodities e problemáticas de balanço de pagamentos, a solução seria aproveitar o esgarçamento externo para implementar políticas substitutivas de importações (caso latino-americano na década de 1930); e a “autossuficiência”, onde o câmbio estrutural se daria no bojo de estratégias nacionais nos marcos de economias fechadas e onde o desenvolvimento seria agonizantemente vagaroso como no caso de países africanos após a descolonização (WALLERSTEIN, 1979: p.79-80). Ambas as estratégias envolveriam, é mister frisar, agressiva ação estatal diante do enfraquecimento relativo e contingente dos países centrais.

assumido para o progresso, sem considerações aprofundadas de contradições políticas internas, muito menos países de políticas econômicas.

Com base em tudo visto até aqui, esta seção procurou propor um caminho alternativo aos vieses nacionalista e estatista involuntariamente reproduzidos pela literatura sobre o ED, bem como refutar veementemente qualquer perspectiva ou narrativa abordando os desdobramentos na periferia ou semi-periferia global como meros apêndices de movimentos das grandes superpotências. Isso só será possível com o entendimento de que os países do Leste Asiático em questão não foram apenas “bastiões” regionais dos EUA mas sim exemplos de líderes e forças políticas nacionais que meritoriamente lograram coordenar – sob as restrições e possibilidades históricas e geopolíticas com as quais se defrontaram – interesses domésticos no escopo de projetos autônomos de desenvolvimento (CUNHA e APPEL, 2014; YEUNG, 2016).

Na próxima seção, trazendo finalmente o debate principal proposto pelo *paper*, irei adentrar nas mudanças pelas quais o capitalismo passou ao longo das últimas três ou quatro décadas; elucidando como sua reconfiguração em meio à globalização financeira afetou as relações entre Estado e empresas, bem como a própria dinâmica de desenvolvimento.

4. Ocaso da política industrial na periferia? Obstáculos estruturais na nova ordem neoliberal

Até o presente momento, analisei extensivamente a literatura consagrada do Estado Desenvolvimentista no Leste Asiático e os importantes registros históricos de diversos casos nacionais de políticas industriais bem sucedidas, elevando países em condição periférica na hierárquica divisão internacional do trabalho e fronteira tecnológica; com observações também sobre os respectivos limites teóricos a tal paradigma.

Nesta penúltima parte do artigo, em seu turno, adentro finalmente na discussão em linhas gerais sobre a eventual possibilidade de se reeditar tais vigorosas políticas industriais (associadas ao padrão de intervenção Estado-mercado) no paradigma capitalista neoliberal contemporâneo, filtrado à luz de mudanças sistêmicas na economia política global e elementos estruturais dos países periféricos.

Ainda em meados da década de 1970, analistas neoclássicos das mais distintas filiações teóricas começaram a ganhar maior proeminência no debate público,

questionando as virtudes do intervencionismo governamental e enfatizando os supostos benefícios da diminuição das capacidades do Estado e dando às forças de mercado maior margem de agência e suposta superioridade alocativa (WADE e WHITE, 1988; BLYTH, 2017). Segundo Chang (1999), a “maré” voltou-se contra o Estado Desenvolvimentista: de 1970 a 1990, em quase todos os campos das ciências sociais mas particularmente na economia, se viu o advento do que poderia ser chamado de ideias neoliberais, inspiradas por forte individualismo metodológico e com uma agenda centrada na liberalização, desregulamentação dos mercados e contração da esfera pública e proteção social.¹⁹

Politicamente, os neoliberais se opuseram à própria noção do Estado como móbil promotor do interesse público; com base no pressuposto de que o aparato estatal seria apenas uma organização controlada por grupos de interesses políticos e burocratas corporativistas o instrumentalizando para fins particulares e produzindo resultados socialmente indesejáveis mediante *rent-seeking*:

“Consequently, the notion of the developmental state became at best redundant and at worst misleading, and the only viable and desirable path to development lay following the ‘invisible hand’ of market forces, which could not be controlled by the State.” (CHANG, 1999: p.184)²⁰

Com uma viragem ideológica a nível sistêmico, assistiu-se ao ressurgimento de pensamentos e práticas convergentes com os princípios de *laissez-faire* e primazia institucional do mercado dito auto-regulado, contestando as teorias pró-Estado dominantes desde o pós-guerra promovidas tanto pelo Keynesianismo quanto pela Economia do Desenvolvimento (SHAPIRO e TAYLOR, 1990; BOYER, 1996; BLYTH, 2017).

¹⁹ O neoliberalismo pode de certa forma ser sintetizado como um projeto político de cunho plutocrático, unindo correntes da economia neoclássica: o monetarismo de Milton Friedman; a perspectiva libertária de Robert Nozick; a teoria do *rent-seeking* de Anne Krueger; a teoria das escolhas racionais de Robert Lucas; a perspectiva da escolha pública de Gordon Tullock; etc (HARVEY, 2004). Todas tinham por eixo ordenador a premissa da hipótese dos mercados eficientes (*Efficient Market Hypothesis*), onde os indivíduos enquanto agentes interessados maximizariam os interesses dos mercados e sua eficiência agregada (BLYTH, 2017).

²⁰ “Consequentemente, a noção de Estado Desenvolvimentista tornou-se na melhor das hipóteses redundante e na pior enganosa, e a única variável ou caminho desejável ao desenvolvimento passou a ser seguir a ‘mão invisível’ das forças de mercado, as quais não poderiam ser controladas pelo Estado” (tradução própria).

No imediato pós-guerra, munida do aprendizado das experiências de planejamento diretivo governamental durante o conflito e também da Grande Depressão, a heterodoxia keynesiana revolucionou as ideias acerca dos papéis dos Estados e mercados na dinâmica de desenvolvimento econômico capitalista.²¹ Assim, o arcabouço institucional de Bretton Woods foi erguido promovendo forte regulação pública e a coordenação sinérgica entre as políticas fiscal e monetária visando o *crescimento com pleno emprego* (RODRIK, 2012).

Dessa forma, a estabilidade e o progresso material alcançados entre tal período e meados da década de 1970 só foram possíveis graças a reformas institucionais que circunscreveram a influência de atores corporativos privados dos mercados (BOYER, 1996). Somado a isso, o regime monetário do período impôs pesadas restrições regulatórias às atividades de bancos comerciais e instituições financeiras diversas; com os Estados nacionais operando sob taxas de câmbio fixas e controles de capital que davam maior margem de manobra para políticas econômicas autônomas (BOYER, 1996; MEDEIROS e SERRANO, 2012). Tal ordem constitui o dito “liberalismo inserido” cunhado por John Gerard Ruggie (1983): uma ordem internacional convergindo grandes potências na direção de um compromisso para assegurar o crescimento doméstico concomitantemente à seguridade social; com as propostas de Bretton Woods facilitando o equilíbrio nos balanços de pagamentos num contexto de multilateralismo no âmbito externo e crescimento da produtividade e renda no âmbito interno.

A partir da década de 1970, porém, a amálgama entre problemas estruturais dentro desse arcabouço e também fatores geopolíticos (como a elevação dos preços do petróleo em função da cartelização do setor) fez o chamado “compromisso Keynesiano” e sua gestão econômica via demanda agregada incapaz de enfrentar problemáticas como inflação crescente, déficits externos, instabilidade financeira, aumento da concorrência e desaceleração do crescimento (BOYER, 1996: p.64). Assim, o sistema de Bretton Woods ruiu, levando ao triunfo neoliberal dos agentes do mercado e uma nova plataforma programática que combinava a flexibilização dos direitos trabalhistas, redução do tecido protetor social e desregulamentação do comércio e das finanças (GUTTMANN, 2008; MEDEIROS e SERRANO, 2012).

²¹ Para uma análise sobre as experiências de intervencionismo estatal e centralização de recursos produtivos e industriais pelos governos durante a 2ª Guerra Mundial, ver Milward (1979).

Destarte, a onda neoliberal, após o “experimento” inicial na prática com o regime ditatorial de Augusto Pinochet no Chile durante a década de 1970, consolidou-se posteriormente nos países centrais com Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher no Reino Unido; sendo então reexportado para a periferia através de programas de ajuste estrutural e austeridade (HARVEY, 2004; GUTTMANN, 2008; MEDEIROS e SERRANO, 2012).

Assim, enquanto fenômenos concomitantes e intimamente imbricados, o neoliberalismo e a globalização financeira uniram os fenômenos da desregulamentação e da abertura das contas de capitais. Essa abertura, baseada em promessas de facilitação do financiamento externo para países periféricos ou emergentes, levou a fluxos especulativos de curto prazo (investimentos cada vez mais concentrados em portfólios ao invés de inversões diretas em atividades produtivas) aumentando instabilidades e vulnerabilidades na forma de crises de liquidez ou de desequilíbrios nos balanços de pagamentos (GUTTMANN, 2008; MEDEIROS e SERRANO, 2012).

O sistema capitalista como um todo passou a deter um novo regime de acumulação liderado pelas finanças (*finance-led*); visando maximizar os lucros a partir de uma perspectiva de curto prazo – antípoda ao planejamento desenvolvimentista estatal focado em imperativos estratégicos de longo prazo – e ampliando o peso político dos atores dos mercados e instituições financeiras nas operações das economias nacionais e internacionais (GUTTMANN, 2008).

Sob essa nova configuração, ativos e valores mobiliários (títulos) tornaram-se preferíveis aos investidores devido à sua opção de saída (KEOHANE e MILNER, 1996). Esses fluxos financeiros também foram transformados numa das principais opções de crédito, algo facilitado pela intensificação da globalização e transformações no paradigma tecnológico-informacional (GUTTMANN, 2008: p.21). Essa primeira importante mudança estrutural trazida pelo neoliberalismo fortaleceu bancos e fundos de investimento em suas atividades de corretagem desses ativos; e também, juntamente com os governos credores, tornou-os mais capazes de moldarem diretamente a agenda

política das nações menos desenvolvidas pela capacidade crescente de introdução de pontos de veto (CAMPELLO, 2015: p.7).²²

Em suma, tal internacionalização e integração financeira foi responsável por impactos consideráveis, traduzidos do ponto de vista de oportunidades e restrições, nas economias domésticas dos países e seus respectivos governos (KEOHANE e MILNER, 1996). Diante da expansão dessa interdependência, as economias nacionais tornaram-se mais sensíveis à volatilidade dos choques e tendências nos mercados globais; com a maior mobilidade de capitais sendo bastante impactante e tolhendo parte considerável da autonomia e efetividade das políticas macroeconômicas governamentais.

Nesse contexto de capitais móveis, por meio de um “jogo da confiança” (*confidence game*), os detentores de capitais podem – diante de políticas por eles consideradas adversas ou que não privilegiem diretamente seus retornos de curto prazo – exercer sua lógica econômica de voz e retirar seus recursos, gerando potenciais instabilidades financeiras e cambiais no país em questão (KEOHANE e MILNER, 1996; CAMPELLO, 2015).

A globalização neoliberal, portanto, trouxe consigo duas transformações qualitativas consideráveis: a *primeira* foi o relativo fortalecimento do capital (K) e dos detentores de ativos vis-à-vis os atores políticos representativos do trabalho (sindicatos) ou da própria sociedade; e o *segundo*, derivado do anterior, é a convergência gradual de países ao redor do globo rumo a esse novo e mais liberalizado arcabouço com políticas fiscais e industriais menos robustas (CAMPELLO, 2015). Representa, portanto, um obstáculo extremamente grave à reedição de políticas desenvolvimentistas por parte de países retardatários ou menos desenvolvidos, assim permanecendo no século XXI. A tabela a seguir busca construir uma singela elucidação visual das mudanças introduzidas por tal câmbio de paradigma, do ponto de vista dos arranjos institucionais domésticos e exógenos facultando determinados padrões de intervenção econômica, à luz de fatores estruturais históricos e geopolíticos:

²² Como a autora destaca: “[...] the dependence on foreign sources of finance due to low levels of domestic savings potentializes the impacts of market sentiment on the economy, and therefore financiers’ leverage to influence policymaking” (CAMPELLO, 2015: p.10).

Tabela 1 – Quadros/arcabouços de referência para compreensão das transformações na economia internacional

	1945-1970s (“Anos Dourados”) <i>Globalização Comercial</i>	Anos 70 (“ <i>transição</i> ”)	1980 – (Neoliberalismo) <i>Globalização Financeira</i>
Regime internacional	<i>Bretton Woods</i> : liberalização progressiva do comércio; mas com limite aos fluxos financeiros. → Liberalismo “inserido” (RUGGIE, 1983)	<ul style="list-style-type: none"> • Choques do petróleo (73 & 79) e situação insustentável dos déficits de BP dos EUA. 	Internacionalização em TODAS as esferas (explosão dos fluxos de capitais).
Orientação geopolítica das potências dominantes	Ordem bipolar da Guerra Fria estimulando fomento ao progresso do 3º Mundo / periferia (“ <i>desenvolvimento a convite</i> ”, conforme Wallerstein).	<ul style="list-style-type: none"> • 3ª Revolução Industrial (tecnocientífica informacional) facilitando movimentações transnacionais de fluxos financeiros. 	Gradual consolidação hegemônica e unipolar dos EUA minando o imperativo estratégico de auxílio ao desenvolvimento (ex: retirada das “facilidades” ao Leste Asiático).
Relações Capital-Trabalho	“Pacto” de conciliação, facilitado pelo modo de acumulação fordista que permitia transferência de ganhos de produtividade para a renda dos trabalhadores.	<ul style="list-style-type: none"> • Nova política de juros do Federal Reserve Bank / FED (Choque Volcker) 	Contra-ofensiva do capital para disciplinar o trabalho, flexibilizando direitos laborais...
Padrão Monetário	<i>Padrão Dólar-Fixo</i> → Alta regulação sobre capitais / <i>policy space</i> aos Estados nacionais para perseguirem políticas “autônomas”.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Viragem ideológica</i>: a) Teoria Política libertária (Nozick); b) Monetarismo (Friedman); c) Teoria da Public Choice (Buchanan); d) Teoria do Rent-Seeking (Anne Krueger); e) Teoria das escolhas racionais (Robert Lucas). 	<i>Padrão Dólar-Flexível</i> → Alta mobilidade de capitais (empoderamento de seus atores) e taxas de câmbio voláteis.
Papel do Estado	Promoção do planejamento econômico e desenvolvimento com mudança estrutural.		Estado como mero fiscalizador de contratos (<i>nightwatcher</i>).
Ênfase	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento; • Industrialização; • Pleno emprego 		<ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade monetária
Ideologia	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimentismo (<i>periferia</i>); • Keynesianismo (<i>países centrais</i>). 		<ul style="list-style-type: none"> • Ortodoxia neoclássica

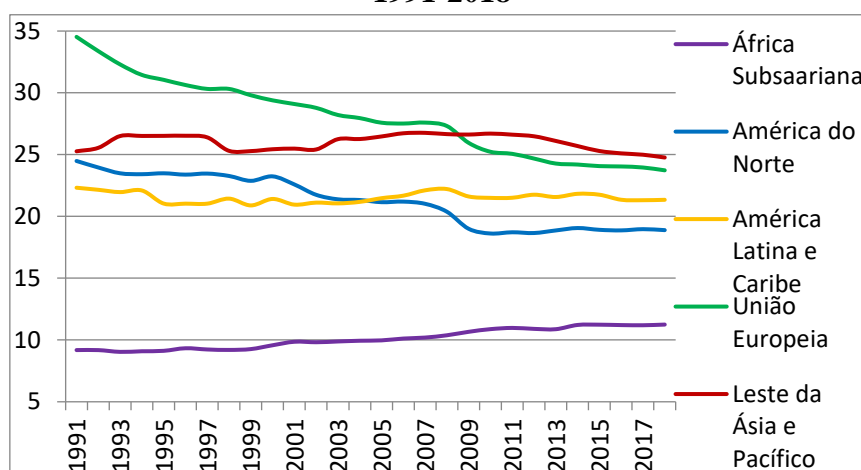
Fontes: Elaboração própria a partir de Helleiner (1994), Strange (1997), Medeiros e Serrano (2012) & Rodrik (2012).

Em adição, outra consideração essencial aqui tematizada, para além da nova reconfiguração neoliberal da economia capitalista global anteriormente citada, é o *novo caráter estrutural do crescimento*. Entre fins do século XIX e a maior parte do século XX, o paradigma do desenvolvimento constituiu a transmutação de sociedades predominantemente agrárias em industriais baseadas no setor manufatureiro. Dessa

forma, a produção liderada por máquinas desempenhou um papel central no crescimento econômico, promovendo transformações estruturais e urbanização (CYPHER e DIETZ, 2013; EVANS, 2014; WILLIAMS, 2014).

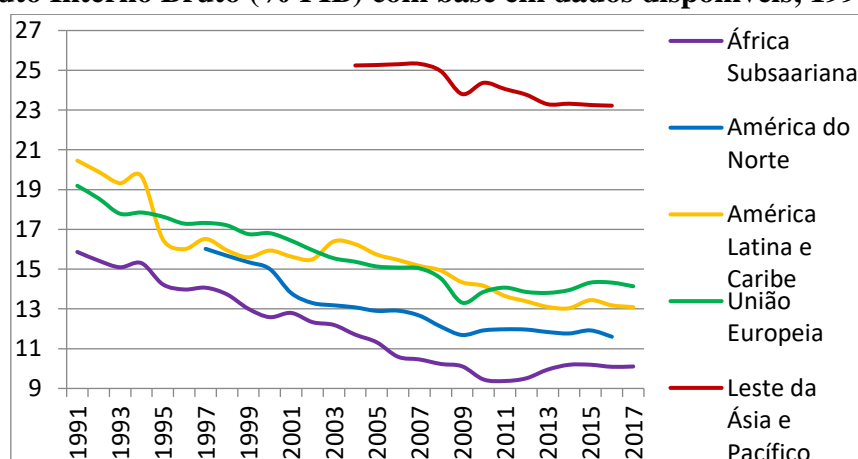
No entanto, desde o final do século XX, tanto no centro como na periferia (ou Sul Global), a indústria e a manufatura começaram a estagnar ou diminuir secularmente em termos de participação econômica setorial e empregabilidade, lançando dúvidas sobre a capacidade contínua de reprodução de uma classe trabalhadora próspera e melhoria no bem-estar social, conforme as Figuras 1 e 2 atestam:

Figura 1 – Empregabilidade na Indústria (% da empregabilidade total), 1991-2018



Fonte: World Bank, *World Development Indicators*.

Figura 2 – Contribuição do Setor Manufatureiro para o Valor Agregado do Produto Interno Bruto (% PIB) com base em dados disponíveis, 1990-2017



Fonte: World Bank, *World Development Indicators*.

A “desindustrialização” relativa parece, assim, ser quase uma tendência global, com diminuição do emprego e descolamento da produção total (WILLIAMS, 2014). A nova dinâmica de crescimento passa então a depender cada vez mais da expansão da fronteira tecnológica por meio da informatização e digitalização, com uma nova economia “*bit-driven*” consistindo cada vez mais em softwares e serviços intangíveis vis-à-vis a mera manipulação de ativos tangíveis ou produção física; o que, por sua vez, requer uma nova forma de ação do Estado e uma nova inserção do mesmo na sociedade (EVANS, 2014: p.222; WILLIAMS, 2014: p.10).

Em resumo, a *nova lógica desenvolvimentista do século XXI* requer um Estado – autoridade pública governamental – capaz de expandir as capacidades humanas para os cidadãos da sociedade (comumente referidas como “capital humano”), facilitando a formulação e implementação de políticas de inovação baseadas em atores sociais nos marcos de regimes democráticos (MAZZUCATO, 2013; EVANS, 2014; WILLIAMS, 2014). Isso, é claro, estando ciente da contraposição do capital privado e sua lógica de mercado focada na lucratividade de curto prazo a políticas intervencionistas. Afinal, como diz Evans:

“The political foundations on which the developmental state ultimately depends are difficult to build and sustain. Even with astute, clear-headed political leadership, the structural power of capital stands in the way of the project.” (2014: p.235)²³

Ou seja: o capital, nacional e internacional, permanecerá fortemente influente sobre a política doméstica; e é precisamente por tal razão que um Estado pró-desenvolvimento no século XXI deve facilitar a organização de contrapesos no bojo da sociedade civil.²⁴ Assim como o Estado Desenvolvimentista do século XX proporcionou às elites industriais meios e mecanismos para eventualmente se estabelecerem como classe coletiva coerente, o Estado no século XXI deve fazer o mesmo com setores mais amplos da sociedade (EVANS, 2014).

²³ “As fundamentações políticas sob as quais o Estado Desenvolvimentista depende em última instância são difíceis de se constituir e sustentar. Mesmo com lideranças políticas imbuídas de clareza e astutas, o poder estrutural do capital permanece no caminho do projeto” (tradução própria).

²⁴ As interações políticas domésticas continuarão a ser fortemente influenciadas pelas dinâmicas do poder global. As redes internacionais, particularmente aquelas ligadas às finanças, continuarão a dar aos detentores de capitais privados grande vantagem na pressão para materializar suas preferências. (EVANS, 2014)!

Portanto, é crucial entender o papel preciso que os atores políticos e sociais, tanto no setor público (Estado) como no privado (mercado e sociedade), podem e devem desempenhar em busca do crescimento e desenvolvimento guiados pela inovação. Assim, o Estado no século XXI deve assumir um *caráter empreendedor*, com foco na inovação e criação de relações sinérgicas e simbióticas com empresas através de novas arquiteturas institucionais facilitando a difusão do conhecimento entre a economia através de políticas públicas e uma estrutura de incentivos verdadeiramente eficientes (MAZZUCATO, 2013).²⁵

Assim, tendo em vista os elementos trazidos ao debate nesta seção, algumas abstrações gerais podem ser tecidas: *primeiro*, o presente paradigma neoliberal desregulamentado e financeirizado da economia global traz, por sua própria configuração de mobilidade de capitais em oposição ao anterior arcabouço Keynesiano de Bretton Woods com expansão do comércio concomitante a pesadas regulamentações estatais, um cenário sistêmico hostil às políticas industriais e fiscais expansionistas na periferia; com pontos de veto severos constituindo obstáculos políticos e estruturais a projetos nacionais de desenvolvimento visando metas de longo prazo.

Em *segundo* lugar, além dessa restrição estrutural considerável, o novo perfil de crescimento industrial e de geração de empregos da virada do século XX para o XXI depende cada vez menos do setor manufatureiro produtor de maquinarias e mais de novas dinâmicas tecnológicas e do setor de serviços. Isso representa obstáculos adicionais aos Estados e governos que agora devem pensar em políticas inteligentes de inovação com apoio de setores da sociedade civil, políticas estas sem dúvida mais árduas de serem alcançadas e alavancadas em relação às indústrias pesadas, por exemplo. Nas considerações finais abaixo, veremos quais conclusões podem ser abstraídas das seções que enquadram este ensaio.

5. Considerações finais

De modo geral este artigo fez, primeiramente, uma revisão crítica da literatura institucionalista consagrada acerca do paradigma de *catching-up* tecnológico e

²⁵ É importante notar aqui que, quando falamos de inovação, não assumimos (eu, a autora e a literatura) qualquer suposto elo causal direto entre investimentos em P&D (pesquisa e desenvolvimento) e inovação, bem como entre inovação e crescimento econômico. Para gerar inovação, como diz Mazzucato, é imperativo identificar as condições específicas do regime produtivo de cada país que permitam efetivamente a promoção do crescimento, cuja dinâmica varia de acordo com a natureza de cada segmento específico da indústria (2013: p.44).

produtivo dos Estados Desenvolvimentistas, elucidando as bases, êxitos e limites de suas políticas industriais durante a segunda metade do século XX. Após tal revisão, foram delineadas – via síntese estilizada – as transformações na economia política global e os pontos de veto advindos da crescente financeirização neoliberal imposta aos Estados nacionais, para além de outras dificuldades estruturais adjacentes.

Na *Introdução*, apresentei o desenho geral de pesquisa e contextualizei alguns dos principais termos e vocábulos econômicos empregados (*catching-up*; dicotomia centro-periferia; desenvolvimentismo; etc.) a fim de dar a tônica do debate vindouro.

A *segunda parte* do artigo fez um mapeamento dos autores de maior referência no que tange ao estudo do papel do Estado na coordenação das políticas industriais no Leste Asiático. Focamos assim, em três obras cânones da literatura destacando elementos políticos e institucionais que facultaram às autoridades governamentais dos mesmos promoverem transformações produtivas de larga escala num recorte temporal relativamente curto.

A *terceira parte* do *paper*, por sua vez, procedeu elencando dimensões e eixos analíticos não contemplados pela literatura institucionalista vista na seção anterior (a saber, o papel político de outros atores sociais não necessariamente inseridos no aparato estatal e também elementos externos). Dessa forma, busquei – através da perspectiva crítica de outros expoentes teóricos trazidos à tona – elucidar tanto como o *policymaking* econômico é mais complexo e difuso do que dá a entender o vetor vertical e unidirecional cima-baixo proposto pelos autores debruçados sobre o Estado Desenvolvimentista quanto mostrar que as particularidades históricas e geopolíticas de cada momento apresentam janelas de oportunidades e constrangimentos à inserção internacional para diferentes países e regiões.

A *quarta parte*, enfim, adentra na principal discussão proposta e discorre sobre câmbios estruturais significativos ao longo das últimas décadas. Através de tal elucidação, dentro de um arcabouço teórico e normativo buscando compreender o progresso material enquanto fruto de múltiplas variáveis, dentre elas arquiteturas institucionais regendo a economia global e a correlação de força entre atores políticos, destacou-se como a atual ordem neoliberal desregulada é responsável por uma miríade de pontos de veto e obstáculos ao desenvolvimento de caráter industrial e ao

planejamento nacional estratégico de longo prazo por parte das autoridades governamentais corporificadas no Estado.

Ao fim e ao cabo, é factível argumentar que os Estados Desenvolvimentistas do Século XX se tornam, ao menos na configuração institucional original que apresentaram em seu devido recorte histórico, cada vez mais anacrônicos enquanto modelos epistemológicos ou práticos de política industrial para a configuração capitalista contemporânea. Isto se dá em larga medida pela transmutação do cenário internacional específico dentro do qual floresceram (disputa geopolítica da Guerra Fria; abertura do mercado americano e expansão da economia capitalista no Pós-Guerra; arcabouço regulatório de Bretton Woods; etc.) e pelo novo caráter secular e estrutural do crescimento. Assim sendo, se tornam muito nebulosas as perspectivas futuras para industrialização e projetos nacionais autônomos de países pobres ou sedimentados na base hierárquica da divisão internacional do trabalho, em função das assimetrias da difusão do progresso técnico.

Por questões de escopo, este *paper* não pôde se aprofundar (como o autor gostaria) na análise de dados empíricos adicionais ou na minúcia das causas que fizeram as trajetórias industrializantes latino-americanas serem menos exitosas do que as asiáticas, por exemplo. Reconstituir historicamente os caminhos e descaminhos do desenvolvimento para países periféricos das diversas regiões do globo permanece, entretanto, sendo tarefa fundamental para acadêmicos, intelectuais e *policymakers* para que aprendam com os erros e acertos do passado de modo a formularem agendas de pesquisa e alternativas de política econômica para o futuro, dentro de uma dinâmica capitalista global cada vez mais incerta. Nesse sentido, a módica reflexão contida neste artigo buscou jogar um pouco mais de luz sobre tal debate.

6. Referências bibliográficas

ABRAMOVITZ, Moses. “Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind”. *The Journal of Economic History*, Vol. 46, No. 2, 1986. pp. 385-406.

AMSDEN, Alice. *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.

_____. *A Ascensão do “Resto”: Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BAGCHI, Amiya. “East Asian Capitalism: An Introduction”. *Political Economy – Studies in the Surplus Approach*, Vol. 3, No. 2, 1987. pp.115-132.

BECKLEY, Michael *et al.* “America’s Role in the Making of Japan’s Economic Miracle”. *Journal of East Asian Studies*, Vol. 18, No. 1, 2018. pp.1-21.

BLYTH, Mark. *Austeridade: História de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOYER, Robert. “State and Market: a new engagement for the twenty-first century?”. In.: BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (Eds.). *States against Markets: the limits of globalization*. London: Routledge, 1996. pp.62-84.

CAMPELLO, Daniela. *The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CHANG, Ha-Joon. “The Economic Theory of the Developmental State”. In.: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999. pp.182-199.

_____. *The East Asian Development Experience: The Miracle, The Crisis and the Future*. London : TWN/Zed Books, 2006.

CUNHA, Guilherme Lopes da; APPEL, Tiago Nasser. “Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia”. *Revista Científica General José Maria Córdova*, Vol. 12, No. 13, 2014. pp.89-105.

CYPHER, James; DIETZ, James. *The Process of Economic Development*. 4ª Ed. London: Routledge, 2014.

EVANS, Peter. “O Estado como problema e solução”. *Lua Nova*, Vol. 28, Abril de 1993. pp.107-156.

_____. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

_____. “The Developmental State: Divergent Responses to Modern Economic Theory and the Twenty-First Century Developmental State”. In.: WILLIAMS, Michelle (Ed.). *The End of the Developmental State?*. London: Routledge, 2014. pp.220-240.

FONSECA, Pedro César Dutra. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”. In.: CALIXTRE, André Bojikian *et al.* (Orgs.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014. pp.29-78.

- GEREFFI, Gary. "Paths of Industrialization: An overview". IN.: GEREFFI, Gary; WYMAN, Donald (Eds.). *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. pp.3-31.
- GORE, Charles. "Methodological nationalism and the misunderstanding of the East Asian industrialisation". *The European Journal of Development Research*, Vol. 8, No. 1, 1996. pp.77-122.
- GUTTMANN, Robert. "Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças". *Novos Estudos*, Vol. 82, 2008. pp.11-33.
- HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.
- HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- JOHNSON, Chalmers. *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. California: Stanford University Press, 1982.
- _____. "The Developmental State: Odyssey of a Concept". In.: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999. pp.32-60.
- KEOHANE, Robert; MILNER, Helen. *Internationalization and Domestic Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MAH, Luis Paulo. *Strategic Actions and Public Policy Outcomes: Leadership and Institutional Change in South Korea, 1960s-1990s*. Tese de Doutorado. London School of Economics and Political Science, 2004. Disponível em: <<http://etheses.lse.ac.uk/2670/>>.
- MAZZUCATO, Mariana. *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. London: Anthem Press, 2013.
- MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. "Padrões monetários internacionais e crescimento". In.: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. pp.119-151.
- MILWARD, Alan. *War, Economy and Society: 1939-1945*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- MOON, Chung-in; PRASAD, Rashemi. "Beyond the Developmental State: Networks, Politics and Institutions". *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, Vol. 7, No. 4, 1994. pp.360-386.
- NERY, Tiago. *A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950-1990*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2011.

NOGUEIRA, Isabela; HAO, Qi. “State and Capitalist Class in China’s Economic Transition: From Great Compromise to Strained Alliance”. *Political Economy Research Institute Working Paper No. 467*, 2018. pp.1-29. Disponível em:

< <https://www.peri.umass.edu/publication/item/1103-state-and-capitalist-class-in-china-s-economic-transition-from-great-compromise-to-strained-alliance> >.

PERKINS, Dwight. *East Asian Development: Foundations and Strategies*. London: Harvard University Press, 2013.

PREBISCH, Raúl. *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios* (Org. de Adolfo Gurrieri). Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

REISCHAUER, Edwin. *Japan: The Story of a Nation*. 4^a Ed., Tokyo: Tuttle Publishing, 2004.

REPUBLIC OF CHINA. *Taiwan Statistical Data Book*. Taipei: National Development Council, 2016.

RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. New York: W.W. Norton & Company, 2012.

RUGGIE, John Gerard. “International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order”. *International Organization*, Vol.36, Issue 2, 1983. pp.379-415.

SHAPIRO, Helen; TAYLOR, Lance. “The State and Industrial Strategy”. *World Development*, Vol. 18, No. 6, 1990. pp.861-878.

STRANGE, Susan. *Casino Capitalism*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SUH, Jae-Jung; KIM, Jinkyung. “Aid to Build Governance in a Fragile State: Foreign Assistance to a Post-Conflict South Korea”. In.: HOWE, Brendan (Ed.). *Post-Conflict Development in East Asia*. Surrey: Ashgate, 2014. pp.53-70.

YEUNG, Henry Wai-chung. *Strategic Coupling: East Asian Industrial Transformation in the New Global Economy*. Ithaca: Cornell University Press, 2016.

WADE, Robert. *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WADE, Robert; WHITE, Gordon. “Developmental States and Markets in East Asia – an introduction”. In.: WHITE Gordon (Ed.). *Developmental States in East Asia*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1988. pp.1-29.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1979.

WEBER, Max. *The Methodology of Social Sciences*. Illinois: The Free Press, 1949. Disponível em:

< <http://gen.lib.rus.ec/book/index.php?md5=1A7961FF877FDD6416FC51067CC015A5>

>.

WILLIAMS, Michelle. *Rethinking the Developmental State in the Twenty-First Century*. In.: WILLIAMS, Michelle (Ed.). *The End of the Developmental State?*. London: Routledge, 2014. pp.1-29.

WORLD BANK. *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. New York: Oxford University Press, 1993. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/pt/975081468244550798/pdf/multi-page.pdf> >.

_____. *World Development Indicators*. Disponível em: < <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators> >.